

# Debates

**20 DE ABRIL DE 2022**

**23ª SESSÃO ORDINÁRIA**

Presidência: CARLOS GIANNAZI e JANAINA PASCHOAL
---

#### RESUMO

PEQUENO EXPEDIENTE
1 - CARLOS GIANNAZI
Assume a Presidência e abre a sessão.
2 - JANAINA PASCHOAL
Por inscrição, faz pronunciamento.
3 - DR. JORGE LULA DO CARMO
Por inscrição, faz pronunciamento.
4 - JANAINA PASCHOAL
Assume a Presidência e faz pronunciamento.
5 - CASTELLO BRANCO
Para comunicação, faz pronunciamento.
6 - PRESIDENTE JANAINA PASCHOAL
Endossa o pronunciamento do deputado Castello Branco.
7 - CARLOS GIANNAZI
Por inscrição, faz pronunciamento.
8 - CASTELLO BRANCO
Por inscrição, faz pronunciamento.
9 - RICARDO MELLÃO
Por inscrição, faz pronunciamento.
10 - PRESIDENTE JANAINA PASCHOAL
Endossa o pronunciamento do deputado Ricardo Mellão.
11 - GIL DINIZ
Por inscrição, faz pronunciamento.
12 - LETICIA AGUIAR
Por inscrição, faz pronunciamento.
13 - PRESIDENTE JANAINA PASCHOAL
Endossa o pronunciamento da deputada Leticia Aguiar.
14 - ADRIANA BORG0
Por inscrição, faz pronunciamento.
15 - PRESIDENTE JANAINA PASCHOAL
Presta solidariedade à deputada Adriana Borgo.
16 - ADRIANA BORG0
Para comunicação, faz pronunciamento.
17 - FREDERICO D'AVILA
Por inscrição, faz pronunciamento.
18 - CARLOS GIANNAZI
Por inscrição, faz pronunciamento.
GRANDE EXPEDIENTE
19 - FREDERICO D'AVILA
Para comunicação, faz pronunciamento.
20 - PRESIDENTE JANAINA PASCHOAL
Discorre sobre o Parlamento húngaro.
21 - ADRIANA BORG0
Por inscrição, faz pronunciamento.
22 - PRESIDENTE JANAINA PASCHOAL
Presta solidariedade à deputada Adriana Borgo.
23 - GIL DINIZ
Por inscrição, faz pronunciamento (aparteado pelo deputado Frederico d'Avila).
24 - MONICA DA MANDATA ATIVISTA
Pelo art. 82, faz pronunciamento.
25 - FREDERICO D'AVILA
Para comunicação, faz pronunciamento.
26 - MONICA DA MANDATA ATIVISTA
Para comunicação, faz pronunciamento.
27 - GIL DINIZ
Para comunicação, faz pronunciamento.
28 - MONICA DA MANDATA ATIVISTA
Solicita o levantamento da sessão, por acordo de lideranças.
29 - PRESIDENTE JANAINA PASCHOAL
Defere o pedido. Convoca os Srs. Deputados para a sessão ordinária de 25/04, à hora regimental, sem Ordem do Dia. Levanta a sessão.
***
- Assume a Presidência e abre a sessão o Sr. Carlos Giannazi.
***
- Passa-se ao

#### PEQUENO EXPEDIENTE

\*\*\*

O SR. PRESIDENTE - CARLOS GIANNAZI - PSOL - Presente o número regimental de Sras. Deputadas e Srs. Deputados, sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos. Esta Presidência dispensa a leitura da Ata da sessão anterior e recebe o expediente.

Dou início à chamada dos oradores inscritos no Pequeno Expediente. Com a palavra o deputado Castello Branco. (Pausa.) Com a palavra o deputado Paulo Lula Fiorilo (Pausa.) Com a palavra a deputada Janaina Paschoal, que fará uso regimental da tribuna.

A SRA. JANAINA PASCHOAL - PRTB - SEM REVISÃO DO ORADOR - Cumprimento as pessoas que nos acompanham; V. Exa., Sr. Presidente; colegas deputados; funcionários.

Eu início, por questões de transparência, anunciando que, depois dos meus protestos aqui na segunda-feira - pode ser até que não tenha a ver, mas depois dos meus protestos -, a Presidência da Casa convocou Colégio de Líderes para a próxima segunda-feira às 16 e 30 e inclusive solicitou indicação de pauta por parte dos parlamentares líderes. Como nós recebemos isso no grupo de deputados líderes, anuncio também para os demais colegas, para as pessoas que nos acompanham.

Eu fico feliz com essa sinalização de que a Casa voltará a funcionar no sentido de apreciar projeto, porque funcionar nós estamos aqui todos os dias, mas apreciar projetos.

Eu queria dividir com os senhores algumas queixas que eu venho recebendo, alguns pedidos de ajuda de pessoas que estão sendo prejudicadas pela greve dos funcionários do INSS. São pessoas humildes, pessoas carentes, que dependem muito do trabalho, do funcionamento do INSS.

Eu respeito, sei que tem colegas que apoiam a greve. Eu sou muito resistente à greve, isso desde sempre, já como professora na USP eu sempre trabalhei durante a greve.

Muitas pessoas me criticavam por isso, é da democracia as pessoas divergirem, criticarem o pensamento das outras, mas eu queria pedir um pouco de consciência, porque, por mais que os funcionários públicos estejam esperando seus aumentos, os funcionários públicos, diferentemente da esmagadora maioria da população, pelo menos tinham a garantia de algum tipo de recebimento.

E a população, em sua maioria, não teve essa segurança, ganhando bem ou ganhando mal, o funcionalismo público tinha a certeza do recebimento. E agora essas pessoas mais humildes estão sofrendo. Vou ler para os senhores, não vou falar nomes.

Uma senhora me escreveu dizendo “Prezada deputada, venho solicitar a sua ajuda não só para mim, mas para centenas ou até milhares de pessoas neste País. O INSS está de greve e as pessoas que tiveram seu benefício vencido durante o período receberam uma nova data de agendamento, porém, diferentemente das outras vezes, desta vez cessaram os benefícios.

Eu tive um acidente de trabalho que me deixou com uma deficiência física, estou incapaz de retornar ao meu trabalho e, mesmo assim, fico sem benefício. Nova perícia em junho e eu receberei apenas em julho. Eu sei até que pagarão, mas e os nossos compromissos? Eles não retrocedem. Acredito que,

assim como eu, centenas e milhares de brasileiros estão na mesma situação.

Peço pelo amor de Deus, eu sei que é um problema federal, mas a senhora como deputada poderia lutar por nós?”

Um outro senhor, muito humilde também, me escreveu, disse que estava esperando a data para realizar a perícia e, quando chegou, as portas fechadas. Então, os pleitos, as reivindicações, elas são legítimas, elas podem ser feitas sem que a população seja vitimada por esses movimentos. Aqui é um pedido mesmo de conscientização, sobretudo para esses órgãos, esses funcionários que atendem as pessoas mais carentes.

Também trago aqui a minha solidariedade ao vereador Moisés Marques, de Rio Claro. O vereador Moisés Marques esteve aqui no gabinete, depois eu fui a Rio Claro, à Câmara dos Vereadores, ele conseguiu aprovar com o apoio de praticamente a Câmara inteira de Rio Claro um projeto importante, prevendo a intenação involuntária.

Não tem nada a ver com passar e recolher pessoas que estão nas ruas. Intenação involuntária conta com análise de médicos, análise de profissionais da área de assistência social, com pedido de familiares.

Ele conseguiu aprovar uma lei municipal totalmente coerente com a legislação federal, garantindo a intenação voluntária de dependentes químicos graves, que se encontram nas ruas de Rio Claro.

Infelizmente ele está tendo dificuldades, porque recebeu uma notificação, inclusive do Ministério Público, o Ministério Público do Estado de São Paulo, subprocuradoria-geral de Justiça, questionando a respeito da constitucionalidade da lei.

Eu analisei o projeto, é um projeto que coaduna com a legislação federal, com os direitos fundamentais, porque, em regra, são pessoas que já perderam a sua consciência pelo uso pesado de drogas, então, na verdade, o estado que não zela por tratar dessas pessoas, este sim é omissão. Fica aqui a minha solidariedade ao Sr. Vereador.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - CARLOS GIANNAZI - PSOL - Dando sequência à lista de oradores inscritos, com a palavra o nobre deputado Delegado Olim. (Pausa.) Com a palavra o deputado Alex de Madureira. (Pausa.) Com a palavra o deputado Carlos Cezar. (Pausa.) Com a palavra o deputado Dr. Jorge Lula do Carmo, que fará uso regimental da tribuna.

O SR. DR. JORGE LULA DO CARMO - PT - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente, deputado Carlos Giannazi, hoje na Presidência do Pequeno Expediente, quero cumprimentá-lo e cumprimentar as Sras. Deputadas, os Srs. Deputados, o público da TV Alesp, os policiais aqui presentes, as assessorias.

Sr. Presidente, venho a esta tribuna para prestar minha solidariedade aos servidores públicos que estão em greve, do INSS, e dizer que, de fato, essa questão do INSS é um problema muito sério em nosso país.

\*\*\*

- Assume a Presidência a Sra. Janaina Paschoal.

\*\*\*

As pessoas que dependem, que precisam de benefícios, que precisam dos serviços do INSS, da Previdência Social, realmente sofrem. Já sofrem por natureza pelas filas, pelo mau atendimento, infelizmente, pela demora desse serviço, que é um serviço essencial e um direito dos trabalhadores, das pessoas, especialmente daquelas que dependem de pagar suas contas pelos benefícios, pela aposentadoria, enfim, ou aqueles que dependem de uma perícia.

Eu quero dizer que sou solidário aos servidores e dizer que o governo deveria ouvi-los. O direito de greve é um direito constitucional. É um direito dos trabalhadores que não estão contentes fazerem o seu movimento, mas é preciso abrir um canal de negociação.

Se tem o direito dos trabalhadores que estão descontentes, que precisam dos seus salários, dos seus provimentos, daquilo que recebem para prestar o serviço, por outro lado também tem as pessoas que precisam do trabalho dos servidores. Então, é o meio-termo, a negociação, abrir a porta para sentar, conversar sobre uma mesa para que possamos chegar a um bom termo.

Então, quero prestar minha solidariedade aos servidores que estão, neste momento, lutando por melhores condições de trabalho e de salário e dizer que o governo precisa abrir a porta para que as pessoas possam entrar, sentar, negociar, porque tem direitos dos dois lados.

Nós temos que lutar sempre por mais direitos e não por menos direitos. Então, minha solidariedade aos trabalhadores e dizer que o governo precisa parar com a intransigência e abrir um canal de negociação com as representações e os trabalhadores.

Quero também aproveitar, Sra. Presidenta, deputada Janaina Paschoal, no comando desta sessão, deste Pequeno Expediente, quero aproveitar para falar de um outro assunto que incomoda bastante. A mim pessoalmente incomoda, porque milito muito na área da moradia, da regularização, da posse da propriedade.

Estava vendo uma reportagem que falava o seguinte, que o auxílio aluguel há sete anos não tem reajuste. Imagine que aluguel as pessoas conseguem pagar com 400 reais. Faz sete anos que, na cidade de São Paulo e no estado de São Paulo também, o auxílio aluguel é de apenas 400 reais.

“Ah, mas é auxílio.” É bem verdade, não estou dizendo que o dinheiro tem que conseguir pagar o aluguel, mas, em sete anos, imagine o quanto foi corrigido pelos contratos de locação.

Então, aquilo que você conseguia, em auxílio, pagar com 400 reais há sete anos, hoje não consegue nem a metade, talvez. Não tem aluguel na cidade de São Paulo, nas cidades da Grande São Paulo ou do interior por menos de 800 reais, mil reais. Não existe aluguel que você consiga pagar metade, por exemplo, que seja metade, com 400 reais.

Então, o prefeito de São Paulo, o secretário de Habitação, o governador do estado e o secretário de Habitação do Estado precisam olhar para essa questão do auxílio aluguel, porque não é uma coisa que as pessoas fazem porque gostam.

Moram em uma área de ocupação, moram em uma área de inundação, foram removidas de lá com o compromisso de terem uma moradia em um programa habitacional, o que também não existe mais no Brasil.

Tem um programa na cidade de São Paulo que chama “Pode Entrar”, mas as pessoas não entram. Por que não entram? Porque não estão executando. A lei, por si só, se não fizer valer, não vai acontecer, não vai construir moradia. Tem a lei mas, se não regulamentar a lei e não colocar recurso, não vai ter moradia para tirar as pessoas do auxílio-aluguel e diminuir o déficit habitacional na cidade de São Paulo ou no estado de São Paulo.

Então, prefeito de São Paulo Ricardo Nunes, olhe para esse auxílio-aluguel, que não tem a menor condição de continuar por mais um tempo - já são sete anos. Governador do estado, secretário de Habitação do Estado, olhem por esse valor, que é muito pequeno.

Precisa ser reajustado, precisa ser resolvida essa questão de uma vez por todas. Então minha solidariedade às pessoas que dependem desse valor, desse auxílio-aluguel e que não têm o apoio dos governantes para melhorar, para amenizar o sofrimento das pessoas que não têm suas moradias.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE - JANAINA PASCHOAL - PRTB - Nós agradecemos, Sr. Deputado. Destaco aqui a presença de funcionários do sistema prisional do estado de São Paulo. Trazem a faixa: “Sistema prisional de São Paulo, exemplo para o Brasil. Somos eficientes mesmo no caos. Somos Segurança Pública sim”. Recebam o apoio, a acolhida também da Casa. Tem visitante hoje? Vossa Excelência quer destacar aqui?

O SR. CASTELLO BRANCO - PL - PARA COMUNICAÇÃO - Nós gostaríamos de anunciar a presença do deputado estadual

pela Assembleia Legislativa do Amazonas, deputado Wilker Barreto. Economista, com vários mandatos, já foi presidente da Assembleia Legislativa do Amazonas, que nos dá a honra da sua visita para tratar de pautas muito importantes que ligam o estado de São Paulo ao estado do Amazonas.

Muito mais que a população possa imaginar, apesar dos 6.000 quilômetros que nos separam e da selva Amazônica, as relações comerciais, industriais e de Meio Ambiente entre o estado do Amazonas e o estado de São Paulo são importantíssimas.

Apenas para não ocupar muito a fala, para cada R\$ 1,00 gerado na Zona Franca de Manaus, são gerados R\$ 10,00 em empregos, mão de obra e recursos no estado de São Paulo. Se a senhora permitir que o deputado Wilker pudesse falar um pouquinho e agradecer a presença dele...

A SRA. PRESIDENTE - JANAINA PASCHOAL - PRTB - Eu não sei se tem, mas, por favor. Estou presidindo aqui, mas eu acredito que não possa. Não pode. Deputado, eu vou pedir perdão, mas eu agradeço imensamente a presença de Vossa Excelência. Já tive a alegria e a honra de visitar a Assembleia Legislativa do Amazonas.

Também fui muito bem recebida e acolhida por vários parlamentares de lá. Então sinto-se abraçado. Eu peço desculpa. Se dependesse apenas de mim V. Exa. teria a palavra. Eu peço desculpa. Até sou defensora de um maior convívio, um maior intercâmbio entre as Assembleias; ficaríamos mais fortes. Seja bem-vindo a São Paulo. Obrigada.

Seguindo aqui com a lista dos oradores inscritos no Pequeno Expediente, chamo à tribuna o deputado Adalberto Freitas. (Pausa.) Deputado Edmir Chedid. (Pausa.) Deputado Carlos Giannazi, V. Exa. tem o prazo regimental de cinco minutos.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, público aqui presente, telespectador da TV Assembleia, quero aqui cumprimentar o deputado Wilker Barreto, do estado do Amazonas, que está acompanhando hoje o deputado Castello Branco.

Quero saudar e também anunciar a presença dos servidores do sistema prisional do Fórum Penitenciário, que estão em luta na Assembleia Legislativa. Retomaram, na verdade, um acampamento importante para que a Assembleia Legislativa saia em defesa de uma pauta importante que eles estão defendendo e que tem que ser a pauta dos 94 deputados e deputadas.

É um acampamento, é uma vigília feita aqui na frente da Assembleia Legislativa pelo Fórum Penitenciário defendendo a imediata aprovação das PECs 1 e 2, que instalam no estado de São Paulo a Polícia Penal; do abono penitenciário; pela aprovação do PDL 22 contra o confisco das aposentadorias e pensões; pela chamada imediata dos concursos que foram realizados desde 2014, 2017, 2018 - não houve chamada ainda.

E dizer - vou conversar ali agora com o Fábio Jabá - que já tem uma boa notícia. A mobilização, a ocupação do espaço aqui na frente da Assembleia Legislativa já está dando resultado, porque o presidente - o presidente, não - o secretário da SAP já chamou o Fórum Penitenciário para uma conversa, para uma reunião na próxima terça-feira pela manhã.

Então, é importante, porque o governo nem estava negociando nem ouvindo. Então, já é uma vitória, fruto desse movimento e desse acampamento aqui na frente da Assembleia Legislativa.

Eu quero aqui da tribuna da Assembleia Legislativa repudiar veementemente a atitude covarde e cruel da Prefeitura de Francisco Morato, que entrou na Justiça para criminalizar, para impedir que os nossos colegas profissionais da Educação exerçam o direito constitucional de greve.

É um absurdo total; as educadoras e os educadores, na verdade todos os profissionais da Educação, estão em luta na cidade de Francisco Morato, fazendo um movimento importante, reivindicando o cumprimento da Lei Federal 11.738, que estabelece o piso nacional salarial que não é pago pela cidade de Francisco Morato.

Estão também em luta contra a redução da jornada de trabalho e da carga horária de trabalho e da redução salarial dos servidores da Educação. Estão em luta defendendo a regulamentação da sede das merendeiras, que é uma pauta importante desse movimento, e também pela valorização salarial dos auxiliares educacionais que estão recebendo um salário inferior ao salário mínimo. Essa é a pauta desse importante movimento de Francisco Morato.

No entanto, além de não atender a pauta com as reivindicações, agora a prefeitura, a prefeita da cidade de Francisco Morato acionou a Justiça e conseguiu uma liminar impedindo a greve, que é um instrumento sagrado de luta, uma conquista histórica da classe trabalhadora. Um absurdo total.

Nós repudiamos veementemente essa atitude de criminalizar, de sanitizar o movimento importante, movimento de greve, que faz uma justa reivindicação, pagamento do piso nacional salarial, regularização da sede para as merendeiras, reajuste salarial para os servidores, os auxiliares que não têm, não ganham nem o salário mínimo.

Essa é a luta que os servidores e servidoras da Educação estão travando em Francisco Morato. Então todo nosso apoio a vocês que estão em luta e todo o nosso repúdio à prefeita que usou desse instrumento covarde, cruel e perverso.

E também quero discordar veementemente aqui do Tribunal de Justiça, que concedeu, minha gente, concedeu essa liminar, desrespeitando, afrontando, violando o direito sagrado da greve dos trabalhadores e trabalhadoras do Brasil, porque é uma conquista histórica que nós inscrevemos inclusive na Constituição Federal de 88 também para os servidores públicos de todo o Brasil, dos municípios, dos estados e para os servidores da União. É lamentável.

Então fica aqui o nosso protesto e dizer que nós tomaremos providências contra esse ataque covarde da prefeita de Francisco Morato, que afeta a luta histórica importante dos profissionais da Educação de Francisco Morato.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE - JANAINA PASCHOAL - PRTB - Nós agradecemos, Sr. Deputado.

E siga aqui com a lista dos oradores inscritos no Pequeno Expediente, chamando à tribuna a nobre deputada Márcia Lia. (Pausa.) Deputado Major Mecca. (Pausa.) Deputada Professora Bebel. (Pausa.) Deputado Edson Giriboni. (Pausa.) Deputado Sebastião Santos. (Pausa.)

Deputado Coronel Nishikawa. (Pausa.) Deputada Carla Morando. (Pausa.) Deputada Maria Lúcia Amary. (Pausa.) Deputado Rodrigo Moraes. (Pausa.) Deputado Marcos Damasio. (Pausa.) Deputado Caio França. (Pausa.) Deputada Analice Fernandes. (Pausa.) Deputado Frederico d'Ávila. (Pausa.)

Deputado Douglas Garcia. (Pausa.) Deputado Conte Lopes. (Pausa.) Deputada Leci Brandão. (Pausa.) Deputada Edna Macedo. (Pausa.) Deputado Sargento Neri. (Pausa.) Deputado Jorge Wilson Xerife do Consumidor. (Pausa.) Deputado Luiz Fernando. (Pausa.)

Neste momento abro a lista suplementar de oradores inscritos no Pequeno Expediente, chamando à tribuna o deputado Douglas Garcia. (Pausa.) Deputado Castello Branco, que já está na tribuna e tem o prazo regimental de cinco minutos.

O SR. CASTELLO BRANCO - PL - SEM REVISÃO DO ORADOR - Muito bem, destacando novamente a presença do ilustre deputado estadual Wilker Barreto, representando a Assembleia Legislativa do Amazonas, que eu tive a honra e o privilégio de conhecer na minha visita técnico-profissional realizada no ano passado, visita longa, em que nós tivemos por objetivo estreitar os laços industriais, comerciais e as relações ambientais com um dos estados mais importantes do Brasil, que é o estado do Amazonas.

Eu costumo brincar que o estado mais rico é o estado de São Paulo, mas o estado mais importante talvez seja o estado

do Amazonas. É o maior estado em extensão territorial, é o estado que tem a maior quantidade de riquezas minerais, florestais, socioambientais do planeta. A pergunta que o cidadão paulista vai fazer é: o que tem a ver o estado do Amazonas, a seis mil quilômetros de distância do estado de São Paulo? Tem tudo a ver. Nós poderíamos fazer uma longa preleção, mas vou me ater a três pontos.

O primeiro é que a Zona Franca de Manaus, hoje conhecida como Suframa, Superintendência da Zona Franca de Manaus, criada pelo meu tio-avô, presidente Castello Branco, em 21 de fevereiro de 1967 com o objetivo de desenvolver o estado do Amazonas, até hoje é o modelo econômico sustentável.

Eu costumo dizer que a Zona Franca de Manaus economiza para o Brasil milhões de quilômetros quadrados de devastação florestal. Para cada real que é gerado na Zona Franca de Manaus é menos extrativismo vegetal que se tem naquele estado.

Segundo ponto importante da relação é que a Zona Franca de Manaus produz emprego, produz renda, produz produtos que são comercializados no estado de São Paulo. Uma estatística do IBGE de uns anos atrás dizia que para cada um real gerado lá no estado do Amazonas gerava-se dez reais em São Paulo. Para cada emprego gerado no estado do Amazonas se gerava quatro empregos em São Paulo.

Vou dar um exemplo clássico sobre isso, a fábrica de motocicleta Yamaha, que é feita lá em Manaus. Precisa ser vendida, quem é o maior mercado consumidor do País de motocicleta? O estado de São Paulo. Precisa de uma concessionária, precisa de mecânico, precisa de vendedor, precisa de autoescola, enfim, a partir desse exemplo da motocicleta a gente pode expandir para outros artigos.

E o terceiro ponto, muito importante, é a questão da preservação ambiental do Amazonas, que impacta diretamente nas chuvas de todo o continente e, claro, na agricultura do estado de São Paulo, o agronegócio, que é um dos pilares também do estado de São Paulo.

Por tudo isso, nós estamos fazendo aqui uma Frente Parlamentar de Desenvolvimento de Ações Conjuntas entre o estado de São Paulo e o estado do Amazonas para que os deputados dessas Casas possam conversar mais sobre vários assuntos, Meio Ambiente, Desenvolvimento Sustentável, Educação, professor Giannazi, entre outros temas que são afins aos dois estados.

Por fim, que o senhor leve daqui as nossas melhores referências, que em breve possamos estar junto às câmaras técnicas trabalhando algumas questões. Eu, como membro da Comissão de Infraestrutura e de Ciência e Tecnologia, coloco as nossas comissões ao seu dispor.

Sei que o senhor já teve contato com essas comissões, que já pontuou através de ofícios, de cartas, que, infelizmente, ainda não obtiveram resposta, mas me coloco como interlocutor dessas negociações com as nossas comissões, afinal de contas, o Brasil é um só e temos que lutar todos por um só ideal.

Muito obrigado, deputado estadual Wilker Barreto, com uma longa trajetória política, de vereador a deputado, quase vice-governador do estado do Amazonas, vice-prefeito, aliás. Conte com a Assembleia Legislativa de São Paulo para que possamos crescer juntos. Juntos somos mais fortes, somos todos um só.

A SRA. PRESIDENTE - JANAINA PASCHOAL - PRTB - Obrigada, Sr. Deputado. Novamente destacando a honrosa visita do deputado estadual do estado do Amazonas, Dr. Wilker, agradecendo a honra.

Eu sigo com a leitura da lista dos oradores inscritos de forma suplementar, chamando à tribuna o deputado Agente Federal Danilo Balas. (Pausa.) Deputado Sebastião Santos. (Pausa.) Deputada Professora Bebel. (Pausa.) Deputado Frederico d'Ávila. (Pausa.) Deputado Conte Lopes. (Pausa.) Deputado Jorge Wilson Xerife do Consumidor. (Pausa.) Deputado Ricardo Mellão. Vossa Excelência vai fazer uso da tribuna? Deputado Mellão? Então V. Exa. tem o prazo regimental de cinco minutos.

O SR. RICARDO MELLÃO - NOVO - SEM REVISÃO DO ORADOR - Srs. Deputados, Sras. Deputadas, público presente nas galerias.

Eu queria aproveitar, deputada Janaina Paschoal, que está hoje na nossa Presidência, para corroborar com uma queixa que ela já fez aqui em plenário. Fez, inclusive, junto aos líderes dos partidos.

Que é a falta de atividade desta Casa, no que tange à questão legislativa neste ano. Porque, pelas minhas contas, acho que a última votação foi a dos reajustes. Depois disso, não tivemos mais nenhuma votação nesta Casa.

Infelizmente, esqueceram que o papel do deputado é legislar, é criar leis, é discutir projetos de lei. É o que não está acontecendo. Não sei se por ser o meu primeiro mandato aqui na Casa, eu não tenho tanto conhecimento de como é a rotina desta Casa num ano eleitoral.

Mas não parece normal, quando a gente vem aqui, consciente de qual é o nosso dever. É o dever que a própria lei atribui a um deputado, que é o de legislar e fiscalizar o Poder Executivo.

E a gente, infelizmente, vê poucas ações nesse sentido. Existe um plenário aqui, que consome luz. Inclusive, foi reformada, recentemente, uma boa parte das estruturas aqui. E nós não vemos nenhuma discussão.

Existem milhares de projetos na pauta. Existem projetos dos deputados da Casa. E eu falo isso com toda a tranquilidade porque eu tive, junto com o deputado Sergio Victor, um projeto votado neste ano. Então não falo nem em causa própria.

Eu falo em nome de todos os outros deputados que têm projetos esperando para serem pautados e discutidos. E que, pelo que nós estamos vendo, pelo andar da carruagem, não serão pautados esses projetos.

Então isso me preocupa muito. Eu queria deixar o meu registro e fazer, novamente, esse apelo e esse alerta. Pessoal, vamos trabalhar! Vamos discutir projeto de lei aqui. Vamos debater. Esta Casa foi feita para isso. Esta Casa tem um custo altíssimo.

É um custo bilionário ao pagador de impostos paulista justamente para que sejam discutidas propostas de lei que vão beneficiar toda a sociedade. Ou não, dependendo da lei que é colocada.

Mas tem que ser debatido. É a democracia. Nós não podemos aceitar esse tipo de situação. Se isso era uma cultura da Casa, até então, está errado. Nós não recebemos salário para ficar fazendo política, só. A gente recebe salário para cumprir com o papel de deputado.

Quem acha a tarefa de ser deputado, que é vir aqui, discutir projeto de lei, debater e fiscalizar o Executivo, uma tarefa chata, árdua, escolhe outro ofício, gente. Ninguém paga um parlamentar para ficar fazendo apenas política, para ficar rodando, para fazer acordo e para pensar na sua próxima eleição e na sua sobrevivência aqui na Casa.

Então fica o meu registro. Estou extremamente informando e desconfortável com o fato de a gente não estar discutindo, há boas semanas, simplesmente nenhum projeto, quando a gente sabe que tem vários assuntos na pauta que poderiam já estar sendo colocados aqui, principalmente dos próprios deputados da Casa, que não tiveram ainda os seus projetos de lei sendo discutidos. Então faço esse apelo à nossa Presidência para que a Casa volte ao seu ritmo normal.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE - JANAINA PASCHOAL - PRTB - Nós agradecemos. Inclusive, agradecemos o apoio, Sr. Deputado.

Sigo com a lista dos oradores inscritos de forma suplementar, chamando à tribuna o deputado Caio França. (Pausa.) Na sequência, o deputado Gil Diniz. Vossa Excelência tem o prazo regimental de cinco minutos.